



REDACÇÃO PRINCIPAL
ALEXANDRE VIEIRA
Propriedade da União Operária Nacional
EDITOR — **JOAQUIM CARDOSO**

Redacção e administração — Calçada do Contro, 38-A, 2.º
Lisboa — PORTUGAL

End. telegr. *Tallaba* — Lisboa • Telefone: 7

Officinas de impressão: Rua da Atalaia, 134

ATA

DIÁRIO DA MANHÃ — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

Da vida rara à vida impossível

Nos salões, agora, já se não brinca e escassamente se galanteia: tudo está entregue à guerra contra os operários, esses novos ricos, que estão a matar a fome e a arruinar os burgueses, esses novos pobres! «O filha, faz tu ideia: há operários que chegam a ganhar 50 francos por dia!»

Os salões tem o seu método de investigação: uma confidência, uma olhada, encontros casuais, boatos, o que se diz. Outro é o da estatística: totaliza todos os casos, fazendo ressaltar deles o operário normal, o operário médio, isto é, a massa. Escutai, pois, a voz da estatística, menos agradável que a das lindas madamas, mas mais verídica.

A Sociedade de Estatística de Berna publica um interessante relatório sobre a alta geral dos preços de 1914 a 1919. Dessa exposição resulta que é na Itália e na França que mais pesadamente se fizeram sentir as repercussões económicas da guerra. O aumento dos preços foi com efeito o seguinte:

Itália	481 %
França	368 %
Suiza	257 %
Inglaterra	240 %
Estados Unidos	220 %

O custo da vida, portanto, quasi quintuplicou em Itália e quadruplicou em França. Convém, no entanto, notar que a vida era em 1914 mais barata na Itália do que na França, e que hoje é ainda em França que há os mais elevados preços.

Seguindo os salários a mesma marcha ascendente, a mesma subida que o custo da vida? De modo nenhum. Não temos para os aumentos de salário as cifras totais que possuímos quanto à alta do custo dos artigos de primeira necessidade. Mas, graças a um inquérito pessoal e aos resultados publicados das últimas greves, podemos afirmar que os operários mais favorecidos, abstrahindo dos casos isolados, só aumentaram os seus salários duas vezes e meia. Na maioria, nem sequer os dobraram.

Agarrar nos pequenos funcionários nos trabalhadores agrícolas, nos empregados bancários e outros, e havesse de ver que todas essas categorias não dobraram sequer os seus salários. Portanto, o custo da vida, mesmo tendo em conta a elevação dos seus ganhos, dobrou para eles. Ou por outra: tem um *deficit* de perto de cem por cento. A sua panela ao lume cotidiano está meio vazia. Ora aí está como a classe operária enriqueceu durante a guerra! O proletariado da época postbélica é duas vezes mais explorado do que antes da guerra. Alargou-se o abismo entre as classes.

Pode-se combater esta vaga da vida cada vez mais cara por meio de paliativos? Os recentes debates da Câmara mostraram a vaidade dos meios de que dispõe a sociedade capitalista para deter o flagelo da vida cara que em breve tornar-se intolável, impossível a vida das massas. O actual regime é tão impotente em face da vida cara, esse *primus vivere* nacional, como diante do problema da paz, esse *primum vivere* internacional. O socialismo torna-se uma condição de existência, uma questão de vida e de morte para as nossas sociedades postbélicas.

Ainda o 21 de Julho

Na devida altura, a imprensa burguesa fariou-se de apregoar que a greve geral internacional fora um fiasco até na Itália. Como sempre, mentira. A greve geral foi imponente na Itália. Em algumas cidades, como Milão e Turim, foi absoluta: eram cidades mortas. Tudo fechado, tudo parado, tudo em silêncio nas ruas.

Apenas da parte dos ferroviários do Estado e de secções telegráficas postais não houve unanimidade. No entanto o governo e a burguesia usaram de todos os estratagemas e manobras, desde a intimidação e o aparato bélico até à propaganda de mentiras e boatos a jorros, a qual aliás os elementos vermelhos opuseram uma actividade prodigiosa.

O pior dos golpes foi o adiamento votado por C. G. T. francesa, que a imprensa burguesa italiana manejava como a sua melhor arma, divulgando-a imediatamente por todas as formas, com *manchettes* chamativas. Acrescentou-lhe mesmo um ponto, com deslante canha: que a C. G. T. francesa recomendava a abstenção aos operários italianos.

A indignação do operariado italiano contra o recuo, a última hora, dos funcionários sindicais franceses explodiu em protestos violentos.

Mesmo os mais moderados, como Turati, elevaram a voz, condenando. Um artigo vibrante de Serrati, director do *Avanti!*, exprimiu o sentir colectivo.

As explicações dadas depois pela C. G. T. francesa, e aqui largamente expostas, não satisfizeram ninguém, nem na Itália, nem mesmo entre os elementos mais activos do socialismo em França. Ao proletariado francês, pela posição especial do seu país na presente conjuntura, cabia o mais importante papel, como em 1914 cabia ao alemão.

Espereemos, porém, que nos indenizem largamente deste recuo, operando na hora em que a revolução húngara ia ser esmagada.

Quaisquer que sejam as reservas feitas a respeito do método bolchevista, o proletariado francês compreende que se trata duma revolução socialista, que cumpre não deixar esmagar, em proveito da contra-revolução, tanto mais que esta nunca pára a meio caminho. Que o digam o *Isariia* Denikin, e Kolchak, e Mannerheim, e a Polónia, e ao que parece agora a Hungria.

Neste espírito foram revolucionários sociais portugueses à Rotunda e a Monsanto — e mais tratava-se duma simples república burguesa, sem grandes promessas de evolução próxima.

Sursum corda! Recomeçar e redobrar de esforços, é a eterna tarefa dos empurradores do carro do progresso. Leva arriba, rapaziada!

Aos presos do quartel do Carmo

Mais uma vez são convidados a vir a esta redacção os camaradas que ainda não corresponderam ao convite aqui feito

NOTAS & COMENTÁRIOS

Sempre os mesmos

Há tempos, declarou o sr. Alvaro de Castro, político muito em destaque num partido, que se diz democrático, numa entrevista, que concedeu a um jornal, que um dos naturais aliados dessa facção era a U. O. N., com quem desejaria, decerto, colaborar. Pois, para vermos a consideração e apreço que pela U. O. N., tem o chamado partido democrático, basta apontar o facto de ter sido preciso ir ao poder um governo retidamente democrático, para se fazerem cercos a associações, aliás legalmente constituídas, e prisões em massa, conservando-se no cárcere operários que, a obedecer-se às determinações da lei, já deviam ter sido libertados. Não está mal, pois, a tal natural aliança.

Poupar no farelo

Por tam bons caminhos tem andado a Companhia das Águas que corre agora Lisboa o perigo de morrer à sede. A água escasseia, a pontos que já a Companhia pediu à Câmara Municipal uma diminuição nas regas e a todos os cidadãos a economia de água nos gastos caseiros. A Câmara tem continuado a consumir diariamente a água que sempre consumiu por este tempo, e na casa de cada cidadão irá a co'sta a mesma, porque não pode começar a gente a lavar-se em leite, como Pompeia, ou a coser os feijões com cerveja, ou a lavar os farrapos com cebo derretido. As economias no consumo da água tem sido estas. Por outro lado, a Companhia deixa que, por essas ruas, as bocas de incêndio, quasi todas verdadeiras, esguichem dia e noite, ao nariz do passante descurado, um jacto de água, nem sempre capilar. Rara é a rua onde estas bocas não existam, assim desarranjadas, dizem-nos que por falta de um disco em sola com quedentes se costumava vedá-las. O desperdício de água por esta maneira efectiva, desprezível em tempo de abundância, é agora mui digno de atenção, não venha a Companhia solicitar-nos que poupeemos no farelo enquanto ela desperdiça na farinha.

Pão do espírito

Pão para todos, e instrução para todos daria a República, no dizer dos seus loquazes percursores. Como a promessa se cumpriu sabem-nos todos. No que respeita ao pão, quem o quizer tem de pagá-lo a dois tostões e é de cimento, que ao outro, mais claro, não chegam as nossas posses. No que respeita a essa outra espécie de pão, que é a instrução, continua tudo como antes, senão pior, graças a Deus. Em Caraxide há uma escola fechada há seis meses, talvez mesmo há mais tempo. Lá de longe em longe abrem-se-lhe as portas por uns dias para que um professor interno, impingia, duas lérias enfadadas aos petizes. Estes vão crescendo e medrando no analfabetismo, que é um gosto vicioso. E depois, admiram-se alguns, ou fingem admirar-se que, com tal desorganização no ensino, prospere e se eternize o iletrismo em Portugal. O analfabetismo... Deixa-lo lá de pé. Os governantes correm desta maneira menos perigo; os aventureiros da política podem de quando em quando valer-se dele. E os jornalistas mercenários sempre ficam com mais um assunto para os seus editoriais.

O tratado de paz

Como o apreciam soldados ingleses

Quando das festas da Vitória, em Londres, vários grupos de soldados protestaram publicamente contra as disposições do tratado de paz. Algumas proclamações foram distribuídas e cartas enviadas a diários londrinos. Como testemunho eloquente da forma como parte do exército britânico encara a paz de Versalhes, que tão duramente tem sido apreciada por gregos e troianos, isto é: por militaristas e pacifistas, passamos a transcrever uma das proclamações a que nos referimos:

Como soldados de todas as armas e classes, que tomaram parte nesta guerra, queremos fazer constar o nosso protesto contra as condições de paz, julgamos essas condições não somente injustas, impolíticas e destinadas a provocar novas guerras, mas também uma afronta ao espírito da guerra, porque se sacrificaram muitos dos nossos companheiros. Para muitos dos mortos, a guerra era, em princípio, uma espécie de cruzada. Queremos, em honra da memória dos nossos mortos, em honra das gerações vindouras e da nossa própria consciência, lutar-nos de toda a responsabilidade deste crime que põe fim à actual guerra. Não é nossa intenção discutir ponto por ponto as condições do chamado "tratado de paz". Limitamo-nos a citar três factos:

Primeiro — Os homens de Estado dos países aliados asseguraram em muitas ocasiões que um dos fins principais da guerra era assegurar os direitos da nacionalidade contra as medidas arbitrárias da força. Mas agora, entretanto, na sua maioria, por alemães, a Polónia, e Danzig, cidade genuinamente alemã, é realmente anexada à Polónia, com o pretexto de ser convertida em "cidade livre".

Segundo — Foi assegurado repetidamente, que um dos fins da guerra era a criação de uma autoridade internacional, como única e suprema autoridade nos assuntos internacionais. Pode alguém afirmar que as condições de paz, com as suas cláusulas morais, económicas e territoriais, são adequadas para assegurar esse fim?

Terceiro — Foi dito, e afirmado repetidamente, que o inimigo da guerra era o "imperialismo prussiano", e que uma Alemanha reformada podia esperar com razão um tratamento diferente do que lhe estava reservado enquanto estivesse governada por uma autocracia militarista. O povo alemão democratizou-se com uma rapidez, que parecia incrível há um ano. Os aliados, que declararam que lutavam pela democracia e pela liberdade, impuseram-lhe condições tão duras que parece que não as teriam aplicado se não se tivesse dado a revolução. É em que político e em que núcleo se poderá ter confiança no futuro?

Rogamos aos nossos compatriotas e aos que nos governam, que reflitam uma vez mais antes de darem a sua sanção a esse tratado, pois estamos convencidos de que o sentimento moral da humanidade o repelia redondamente.

SUICIDEMO-NOS!

A questão posta pelos governantes de que há *mensura* entre a classe operária e que estes vivem à custa da sua organização, quasi nem merece que se lhe dedique mais atenção, posto que a natureza, embora tomemos as proporções do ultraje, caem por si, por lhes faltar a base.

Convém, no entanto, bordar algumas considerações que se me afiguram necessárias.

Não há dúvida que muito boa gente supõe que os militantes recebem dinheiro dos organismos operários pelos esforços continuamente gastos na propaganda.

Gracias ao convencionalismo interesseiro, que é uma das modalidades da educação burguesa, ainda há poucos anos eram os próprios trabalhadores que, por inconsciência, acusavam os militantes de interesseiros.

A cada passo se ouviam dum camponheiro de officina frases como estas: «Vós, que tanto pregais, é porque alí um interesse tendes; se não vos arranjássemos bem, não farias tantos sacrifícios».

O grau de consciência era diminuído na grande maioria dos trabalhadores. E os militantes, se os não animava o coragem, o espírito de abnegação e o desinteresse absoluto, abandonavam a propaganda e a organização aborrecidos e desgostados.

Os que sempre me iram a situação, os que viam naquelas insinuações o produto da venenosa educação burguesa, e que, por outro lado, observavam que tais palavras revelavam o servilismo que caracteriza os operários cuja mentalidade é pouco desenvolvida por eles imperarem ainda uns restos de escravidão, esses redobram de energia, de perseverança, ora evangelizando a organização, ora vez com mais entusiasmo.

Essa persistência e tenacidade, os sacrificios de todos os dias, de todas as horas, de todos os momentos, sacrificios que se reflectiram na família, a cargo de cada militante; as perseguições pelo patronato exercidas; os encarceramentos constantes; menos por delitos cometidos, mesmo de carácter social, do que por repressão burguesa, foram destrinçando as suas apreensões e desconfianças das massas operárias de modo que hoje todo o operário sabe que os militantes não são já aqueles indivíduos que *queriam arrastar-se bem*, mas mais companheiros, com eles convivendo, ombro a ombro, na fábrica, na officina, etc., com eles lutando por melhorias de interesse imediato, encapando-se no seu seio, nas lutas épicas pela liberdade, e sendo, já agora, não os dirigentes, como se pretende, mas muitas vezes os dirigidos, posto que as massas já não se contentam com lérias.

Uma atmosfera muito diferente da de há 10 ou 15 anos se respira agora nos meios operários; é outro o ambiente, outra a moral, outra a educação.

A luta de classes está já bem demarcada. É um novo mundo que ressurge, cheio de vida e de beleza, um mundo inteiramente desconhecido para o patronato, cuja cegueira continua persistindo.

O que para as massas rudes dos trabalhadores, se tornou claro, continua obscuro para os patrões, para os governantes e políticos.

Não estranhemos, pois, que os governos e seus sequazes agitem a insinuação ultrajante, de que os militantes vivem à custa das Associações, não trabalhando.

Comigo passou-se um facto muito significativo, pelo qual se vê que toda aquela gente supõe que realmente os militantes vivem à custa da organização e da propaganda.

Fazia eu parte de uma comissão do meu sindicato, destinada a obter o regime das oito horas e aumento de salário. Numa das entrevistas com os industriais, realizada à noite, a nosso convite, expunha eu as razões porque se escolhesse aquela hora, declarando que cada um dos membros da comissão operária tivera necessidade de ir àquela hora ao trabalho.

Um dos industriais presentes, com visível sinceridade, pergunta-me: — Mas, então o senhor trabalha?

Eu, estupefacto, retorquiu-lhe: — Ora essa! Então o senhor de que julga que vivo eu?

— Ah! o senhor trabalha?... Eu supunha que não. Tenho lido nos jornais que o senhor vai fazer conferências aqui e além e julgava que recebia dinheiro por essas cousas!...

Engano *lido e cego* o desta gente. Para eles não se dá um passo pelo qual não se reciba dinheiro.

E a moral do interesse, mesquinho e egoísta, que portela todas as acções, nas suas indústrias, nos seus negócios, na sua vida toda, como regra geral.

Vejam-se a questão pelo prisma em que a põem o governo, os políticos e os patrões.

Suponhamos que efectivamente os militantes recebem dinheiro pela propaganda e pela organização.

«Quem tem autoridade para julgar o assunto?»

«O governo ou são os trabalhadores organizados?»

Supondo que os militantes recebem dinheiro dos organismos, quem era o juiz para julgar tal causa? o governo, que apenas se preocupa com a organização operária para a destruir, os componentes desses organismos, posto que seriam eles que pagavam?

Pelo dedo se conhece o gigante — diz-se.

O governo, ao acusar os militantes de viverem à custa da organização, prendendo-os em seguida, arrasta que

r' fazer acreditar que queriam caí-la: til corrupção, não é verid? de?

Olhem os moralistas! Vejamos a questão por um prisma diferente, mas que seria o que convinha a todos os governantes, havidos e por haver.

Suponhamos que os militantes, à semelhança dos Compers dos deputados operários com relações íntimas com as grandes empresas industriais, e respectivos governantes ganhavam das organizações operárias.

Ah! Haviés de ver os governantes e os patrões defender esses militantes.

Em vez de perseguidos seriam defendidos, estimados e protegidos. Era imoral? Era. Mas era-o apenas para a mesma organização. Porque para os governantes e patrões tais indivíduos e tal moral eram os mais apreciáveis e defensáveis.

Esses seriam os homens mais inteligentes e desejáveis. Agora estes! Agora nós, oh! camaradas encarcerados e forçados — oh! cabeças ócas que não nos sabemos vender ao patronato, nem alietamos a nossa independência, as nossas convicções em face da vontade das massas — nós, os sacrificados de longo tempo, cujos ideais estão acima do vil interesse, que só lutamos com o coração nas mãos, o pensamento vivo, o carácter e a dignidade ativos e invioláveis — nós somos os *ingratos*, nós somos os intolérantes, porque pretendemos que os nossos irmãos escravos sejam conscientes e capazes de dirigir por si próprios os seus próprios destinos.

Façamos a vontade aos governantes: suicidemo-nos!

Terras de Aquém.

M. J. de SOUSA

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

de 1919

Confederação Geral do Trabalho de Marrocos

Apelo aos trabalhadores

Encontrando-se os operários da Construção Civil da Casablanca, em greve há já quinze dias, reclamando simplesmente o dia normal de 8 horas de trabalho, tendo declarado, a boicote de fábrica Cardé & C. e tendo este senhor declarado que iria a Portugal buscar operários, ficam por este meio avisados todos os carpinteiros e marceneiros, que este senhor os obrigará a trabalhar 10 horas por dia.

Todos os camaradas devem prestar a sua solidariedade aos operários que aqui estão em luta, recusando-se a trabalhar para Marrocos.

Pela C. G. T. de Marrocos — O delegado português, A. Santos.

NA AUSTRIA

Atentado contra um ministro

BERNE, 9. — Segundo um telegrama de Viena, o ministro do comércio Devesak, foi vítima dum atentado ao qual parece ter succumbido.

Em Espanha

A prorrogação do orçamento

MADRID, 8. — A câmara aprovou na generalidade o projecto de prorrogação do orçamento. Passando depois a discussão dos artigos, aprovou a emenda ao artigo 1.º, em virtude da qual fica estabelecido que o orçamento seja prorrogado até 31 de dezembro e que se até aquela data o governo se tiver visto na impossibilidade de apresentar o projecto do novo orçamento, a prorrogação seja valida até 31 de Março de 1920.

AINDA O CONFLITO GRÁFICO

Uma questão velha, uma sentença bizarra... e uma nova questão!

Kenase o conflito entre os gráficos e as empresas jornalísticas?

A Federação do Livro e do Jornal deseja evitá-lo desde que os gráficos não fiquem colocados numa situação deprimente

... E as empresas jornalísticas? ...

Está ainda, certamente, bem vivo o último conflito havido entre as empresas jornalísticas e os seus quadros gráficos. Adquiriu esse conflito uma certa notoriedade pois que durante quinze dias estiveram suspensos os jornais diários da capital, terminando, após várias demarções levadas a efeito pela Associação dos Trabalhadores da Imprensa, e tendo-se firmado, por último, um acordo entre as empresas jornalísticas e a Federação do Livro e do Jornal.

Existem nesse acordo duas alíneas assim redigidas:

a) — Ambas as partes entendem que as empresas jornalísticas não são obrigadas a pagar aos operários gráficos os dias em que estes se conservarem em greve, mas, levantando-se dúvidas sobre se um determinado momento houve greve ou *lock-out*, ambas as partes entregam a resolução de suas dúvidas a decisão dum árbitro, que não pertencerá a nenhuma das partes interessadas, mas da confiança dos litigantes.

d) — A decisão do árbitro será respeitada em absoluto por ambas as partes.

De harmonia com esse acordo foi escolhido para árbitro o dr. sr. Joaquim Alves Ferreira, juiz do tribunal da Relação que aceitou tal encargo e depois de tomar conhecimento da questão pelos relatórios que ambas as partes lhe forneceram apresentou no dia 31 de Julho p. p. a sua sentença que foi publicada em toda a imprensa do dia 3 de Agosto, presente.

Publicou também *A Batalha* nos seus números 159 e 160, respectivamente, de 5 e 6 de Agosto, o relatório que a Federação do Livro e do Jornal elaborou e entregou a esse magistrado. São pois bem conhecidos do público os documentos citados e por eles se pode fazer um juízo seguro da questão.

Não sendo lógico pôr em dúvida a honestidade e o carácter do digno magistrado, também lógico não parece pôr em dúvida a forma honesta como o mesmo magistrado procurou sentenciar. Mas há na sua sentença certos pontos, ambíguos uns e omissoes outros, que não podemos deixar de nos reparar porque eles de certo modo delatam na obscuridade alguns factos que a nosso ver careciam, antes, de uma boa dose de luz.

Não podemos conceber, pois, que um juiz, depois de bem informado dum determinado assunto e dele ter formado um seguro juízo, chegue a uma determinada altura onde necessário se tornasse mais claro e mais positivo e comece de torcer, dum modo bem fútil, também estranho, as razões que lhe eram sucessivas, assim chegando a uma conclusão onde muito claramente se verifica que a sua decisão... nada decide! Antes pelo contrário!

Pretendia-se saber, porque dúvidas se suscitaram, se num determinado momento houve greve ou *lock-out*. Era este o ponto jurídico da questão.

Se provado ficasse que tinha havido *lock-out* as empresas pagariam integralmente, aos seus operários, os dias em que o *lock-out* se mantivesse. Se, ao contrário, provado ficasse que tinha havido greve, as empresas não eram obrigadas a pagar aos operários os dias em que estes se conservaram em greve.

Presos por questões sociais

Ontem não foi permitida a visita aos presos do Carmo — Ainda há grévistas da C. U. F. presos!

No Quartel dos Marinheiros ainda se encontram presos dois grévistas da Companhia União Fabril, os camaradas António Rodrigues da Silva e Custódio Vieira. O primeiro conta 22 dias de prisão e o segundo 41, não tendo culpa formada, o que é contrário às determinações da lei. Lamentável é que as autoridades acedam a ser instrumento das vinganças do famigerado Alfredo da Silva.

No mesmo quartel, está também Manuel Ricardo Pereira, de 19 anos, ferroviário, preso nos Olivais, tendo sido nessa ocasião brutalmente espancado por Joaquim Rozendo, 2.º sargento de infantaria 17.º e José Dias, soldado da companhia de telegrafistas de praça. São testemunhas dessa agressão Manuel Nunes Prior, Francisco Neves e Armando Ramilho, todos residentes nos Olivais. É mais uma brutalidade de indivíduos encarregados da manutenção da ordem, que registamos nestas colunas e contra a qual erguemos o nosso mais veemente protesto. Ainda no mesmo quartel estão detidos Fernando Roque da Silva, forjador da C. P., e José Joaquim Cândido, servente dos correios, que foi preso pelo tremendo crime de estar lendo um manifesto corporativo.

— Aos nossos amigos presos no quartel do Carmo, não foi ontem permitido receber a visita de suas famílias e dos seus amigos. Parece que determinu esse facto, o recelo do governo em que, ontem, como era domingo, grande número de operários fôsse ao Carmo afirmar nos presos a sua solidariedade e o seu protesto contra a violência de que estão sendo vítimas. Continuem esses camaradas ignorando por completo o motivo da sua prisão, em que só se desc

